

STJ00104370

EDUARDO ARRUDA ALVIM

TUTELA PROVISÓRIA

2ª edição

2017

saraiva  jur



Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Cláudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Bruna Schlindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Márcia Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Designios Editoriais

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Impressão e acabamento Intergraf

ISBN 978-85-472-1463-0

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Alvim, Eduardo Arruda

Tutela provisória / Eduardo Arruda Alvim. – 2. ed. – São Paulo : Saraiva, 2017.

1. Direito processual civil – Brasil 2. Medidas cautelares 3. Tutela jurisdicional 4. Tutela antecipada I. Título.

16-1368

CDU 347.922.33(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Medidas cautelares :
Direito processual civil 347.922.33(81)**Data de fechamento da edição: 10-3-2017**Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602470 CAE 603578

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	15
---------------------------	----

PARTE I

Capítulo I – Fundamentos constitucionais da tutela provisória.. 19

1.1 O instituto da tutela provisória realiza mandamentos constitucionais (protege a ameaça de lesão).....	19
1.2 Devido processo legal – Considerações gerais.....	37
1.2.1 Origens históricas do princípio	39
1.2.2 Devido processo legal no direito brasileiro – Acepção processual e substancial	40
1.2.3 Algumas repercussões práticas do princípio do devido processo legal	41

Capítulo II – O regime da tutela provisória no Código de Processo Civil 45

2.1 Classificação das ações e tutela provisória	45
2.2 Análise do livro V da parte geral do CPC/2015 – Generalidades ...	58
2.2.1 A tutela provisória de urgência.....	65
2.2.2 A tutela provisória da evidência.....	70
2.3 O art. 332 – Julgamento liminar de improcedência.....	73
2.4 O julgamento antecipado parcial de mérito.....	79
2.4.1 As hipóteses de julgamento antecipado parcial do mérito	88
2.4.2 Conclusões sobre o julgamento parcial de mérito	92
2.5 A produção antecipada da prova.....	93
2.6 A tutela provisória – Outras considerações.....	102
2.7 Momento da concessão da tutela provisória	105
2.8 A tutela provisória e as decisões sujeitas à remessa necessária	108

10 Tutela provisória

2.9	O dever de fundamentação da decisão que versa sobre a tutela provisória (arts. 298 e 489, § 1º do CPC/2015)	111
2.10	Tipos de ação e a tutela provisória.....	115
2.11	Meios de efetivação da tutela provisória antecipada (arts. 297 e 519 do CPC/2015)	130
2.12	Desobediência de ordem judicial e conduta criminosa – A previsão constante do inciso IV e dos §§ 1º ao 5º do art. 77 do CPC/2015.....	136
2.13	A revogação ou modificação da tutela provisória (art. 296).....	142

PARTE II

Capítulo III – A tutela provisória de urgência	151	
3.1	<i>Caput</i> do art. 300 do CPC/2015 – Requisitos para concessão.....	151
3.2	Os parágrafos do art. 300 do CPC/2015	158
3.2.1	Contra cautela e concessão de tutela provisória de urgência....	159
3.2.2	Liminares e audiência de justificação prévia.....	164
3.2.3	O perigo de irreversibilidade da concessão da tutela provisória de urgência.....	168
3.3	Poder geral de cautela (art. 301 do CPC/2015)	175
3.4	Como deve ser requerida a tutela provisória de urgência.....	178
3.5	A tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	184
3.6	A tutela provisória de urgência cautelar requerida em caráter antecedente.....	187
3.7	A tutela provisória de urgência requerida em caráter incidental	197
3.8	Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente	199
3.8.1	Pressupostos para a estabilização.....	207
3.8.2	A extinção do processo.....	225
3.8.3	Da ação autônoma que busca a cognição exauriente	230
3.8.4	A coisa julgada e a estabilização	239

Capítulo IV – Diferenças e semelhanças entre as tutelas provisórias de urgência antecipada e cautelar	249
4.1 Generalidades.....	249
4.2 Tutela de urgência cautelar e tutela de urgência antecipada – Diferenças e semelhanças.....	260
4.3 Outras liminares	269
4.3.1 A liminar em mandado de segurança	269
4.3.2 A liminar em ação popular	273
4.3.3 A liminar em ação civil pública	279
4.3.4 A liminar possessória.....	293
4.3.5 A liminar na ação direta de inconstitucionalidade, na ação declaratória de constitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental	298
Capítulo V – A tutela provisória da evidência	315
5.1 Generalidades.....	315
5.1.1 O abuso do direito de defesa e o manifesto propósito protelatório.....	319
5.1.2 A prova documental e a probabilidade fundada na jurisprudência.....	323
5.1.3 O pedido reipersecutório e o contrato de depósito.....	327
5.1.4 A prova documental e a ausência de dúvida razoável	330
Capítulo VI – Procedimento da tutela provisória	335
6.1 A tutela provisória depende de pedido	335
6.2 Do órgão jurisdicional ao qual deve ser endereçado o pedido de tutela provisória – Momento em que ela deve ser pedida.....	337
6.3 Respeito à bilateralidade da audiência: uma imposição constitucional	339
6.4 Tutela provisória por meio de decisão interlocutória e recurso cabível.....	348
6.5 Tutela provisória na sentença e recurso cabível	355
6.6 Responsabilidade objetiva daquele em cujo benefício é concedida a tutela provisória	358
6.7 Conclusões.....	361

Capítulo VII – Tutela provisória recursal – Tutela provisória e sentença – Algumas considerações – Generalidades	365
7.1 Antecipação de tutela recursal e tutela provisória – Semelhanças e distinções.....	365
7.2 Tutela provisória antecipada e agravo de instrumento.....	372
7.3 Sentença de improcedência e a tutela provisória antecipada.....	374
7.4 O caminho para restauração da decisão antecipatória de tutela diante da sentença de improcedência.....	375
7.5 Tutela provisória antecipada na própria sentença.....	377
7.6 Efeito suspensivo e os embargos de declaração.....	379
7.7 Tutela provisória de urgência cautelar recursal.....	380
Capítulo VIII – O art. 497 do CPC (tutela específica das obrigações de fazer e de não fazer).....	381
8.1 Considerações gerais.....	381
8.2 Medidas para a efetivação da tutela específica.....	394
8.2.1 O poder-dever do inciso IV do art. 139.....	396
8.2.2 A multa do art. 537.....	399
8.3 Hipóteses de aplicação do art. 497.....	401
8.3.1 Direitos da personalidade e sua proteção.....	401
8.3.2 Os direitos do autor.....	403
8.3.3 Os genericamente chamados “novos direitos” (“nuovi diritti”) e direitos incidentes sobre “bens semi-incorpóreos” e sua proteção no processo.....	406
8.4 Conclusões.....	409
Capítulo IX – Tutela provisória contra a Fazenda Pública	411
9.1 Aspectos gerais.....	411
9.2 A tutela provisória e a remessa necessária.....	415
9.3 A tutela provisória e suas restrições criadas por lei.....	417
9.4 A suspensão da tutela provisória e das decisões de mérito proferidas contra o poder público.....	427

9.4.1 A suspensão da tutela provisória e da decisão de mérito – Discussão sobre a sua constitucionalidade.....	436
---	-----

Capítulo X – Tutela provisória e ação rescisória 437

10.1 A suspensão da efetivação do julgado rescindendo	437
10.2 Âmbito de utilização das tutelas provisórias de urgência cautelares atreladas à ação rescisória – Fungibilidade entre as medidas cautelares e as decisões antecipatórias de tutela.....	441
10.3 Conclusões.....	444

Capítulo XI – Tutela provisória e arbitragem 449

11.1 Algumas considerações.....	449
11.2 Cabimento da tutela provisória em âmbito arbitral, competência para seu estabelecimento e a sua efetivação	452

**Capítulo XII – Breve referência à tutela provisória no direito
estrangeiro 461**

12.1 Considerações de cunho histórico	461
12.2 Itália	463
12.3 Alemanha	473
12.4 Portugal	480
12.5 França	484
12.6 Argentina.....	489
12.7 Estados Unidos.....	492
12.8 Conclusões.....	493

Bibliografia..... 495

Índice Alfabético Remissivo 519